

RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Quotistas da
Rio Novo Locações Ltda.
Vitória- ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Rio Novo Locações Ltda., (“Empresa”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rio Novo Locações Ltda., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Rio Novo Locações Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 14 de abril de 2023.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	569	565	Fornecedores	11	7.286	5.068
Títulos e valores mobiliários	6	3.747	7.588	Obrigações trabalhistas e tributárias	12	911	855
Contas a receber	7	325	820	Adiantamento de clientes		3.102	-
Tributos a recuperar		1.260	936	Total do passivo circulante		11.299	5.923
Dividendos a receber		339	339	Não circulante			
Créditos diversos e retenções contratuais		9	5	Fornecedores	11	-	1.456
Total do ativo circulante		6.249	10.253	Passivo fiscal diferido	15	33.112	33.956
Não circulante				Contas a pagar partes relacionadas		3	400
Contas a receber de partes relacionadas	8	8.035	13.151	Total do passivo não circulante		33.115	35.812
Contas a receber	7	2.985	4.451	Patrimônio líquido			
		11.020	17.602	Capital social	14	82.084	82.084
Investimentos				Reserva de capital	14	45	45
Imobilizado líquido	10	34.438	39.304	Reserva de lucros	14	8.175	28.024
		162.219	165.529	Reserva de reavaliação	14	64.276	65.914
		196.657	204.833	Ajuste de avaliação patrimonial		14.932	14.886
Total do ativo não circulante				Total do patrimônio líquido		169.512	190.953
		207.677	222.435	Total do passivo e do patrimônio líquido			
Total do ativo						213.926	232.688
		213.926	232.688			213.926	232.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	16	28.230	25.636
Custo dos veículos vendidos e serviços prestados	17	(3.299)	(3.300)
Lucro operacional bruto		24.931	22.336
Gerais e administrativas	18	(855)	(410)
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(2.780)	418
Receitas/(despesas) operacionais		(3.635)	8
Lucro operacional antes do resultado financeiro		21.296	22.344
Despesas financeiras	19	(762)	(1.385)
Receitas financeiras	19	1.336	538
		574	(847)
Lucro antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social		21.870	21.497
Outros Resultados com Participações Societárias		-	1
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.740)	2.114
Resultado de participação societária		(1.740)	2.115
Lucro antes do tributos sobre o lucro		20.130	23.612
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	15	(4.325)	(3.196)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	15	844	844
Lucro líquido do exercício		16.649	21.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	16.649	21.260
Reflexo ajuste de participação em coligada	46	18
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	16.695	21.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva de alienação de bônus de subscrição	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2021		64.584	67.553	45	31.679	-	14.868	178.729	17.500	196.229
Aumento de capital	-	17.500	-	-	-	-	-	17.500	-	17.500
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.500)	(17.500)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.639)	-	1.639	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	21.260	-	21.260	-	21.260
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(26.554)	-	-	(26.554)	-	(26.554)
Reflexo ajuste de participação em coligada	9	-	-	-	-	-	18	18	-	18
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	21.260	(21.260)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		82.084	65.914	45	28.024	-	14.886	190.953	-	190.953
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.638)	-	1.638	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	16.649	-	16.649	-	16.649
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(38.576)	-	-	(38.576)	-	(38.576)
Reflexo ajuste de participação em coligada	9	-	-	-	-	-	46	46	-	46
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	440	-	-	440	-	440
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	16.649	(16.649)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		82.084	64.276	45	8.175	-	14.932	169.512	-	169.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		20.130	23.612
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes:			
Depreciações	10	3.299	3.300
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.740	(2.114)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	844	844
Lucro líquido ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.883	2.030
Aumento/(redução) de ativos e passivos			
Contas a receber	7	1.961	2.198
Tributos a recuperar	-	(324)	994
Créditos diversos e retenções contratuais	-	(4)	(5)
Fornecedores	11	762	1.373
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	(788)	(925)
Ajuste de exercícios anteriores		1.454	-
Imposto de renda e contribuição social		(4.325)	(3.196)
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais		24.749	26.081
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de investimentos	9	5.257	(400)
Aquisição de imobilizado	10	14	3.082
Aquisição títulos e valores mobiliários	6	3.841	(6.267)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimentos		9.112	(3.585)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Distribuições de lucros	-	(38.576)	(26.554)
Transações com partes relacionadas	8	4.719	4.540
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades de financiamentos		(33.857)	(22.014)
Redução (aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa		4	482
Caixa no início do período		565	83
Caixa no final do período		569	565
Redução (aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa		4	482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Rio Novo Locações Ltda. (Empresa) está sediada na Rodovia BR 262, s/nº, no Km 6,3, Vila Capixaba - Cariacica/ES, e tem por objeto principal a prestação de serviço de aluguel de imóveis próprios, nos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista.

A Empresa e suas controladas desenvolvem seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial, utilizando-se, eventualmente, da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão.

As receitas da Empresa, 93,00% são oriundas das operações de arrendamento de imóveis com empresas relacionadas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração e preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC em vigor em 31 de dezembro de 2022.

A presente demonstração financeira foi aprovada pela Administração da Empresa em 14 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Empresa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses. A Empresa entende que eventuais efeitos não serão relevantes.

2.2. Apresentação das demonstrações contábeis não consolidadas

A Empresa, apoiada no item 10 do pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando demonstrações contábeis de forma consolidada, uma vez que atende, cumulativamente, aos seguintes itens:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- (a) A Empresa tem como principal acionista a empresa Águia Branca Participações S.A., a qual manifestou sua aprovação quanto ao procedimento adotado;
- (b) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Empresa e de sua controladora não são negociados em mercado aberto;
- (c) A Empresa e sua controladora não estão em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador;
- (d) A Águia Branca Participações S.A. publica suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (Reais).

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.4. Ativos financeiros

3.4.1. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de

negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.4.3. Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.4.4. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

3.5. Passivos financeiros

3.5.1. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

3.5.2. Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.5.3. Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

3.5.4. Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Investimentos

Os investimentos da companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras. As participações societárias são apresentadas nas demonstrações do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível aos acionistas.

3.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos, que não aqueles mensurados pelo seu valor justo são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, a perda é reconhecida.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Empresa atua e gera Lucro tributável.

3.10. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.11. Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Norma ou interpretação	Descrição
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC 25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 A doação Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Empresa ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023

A Diretoria da Empresa está avaliando os impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4. Instrumentos financeiros

A Empresa efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As atividades da Empresa a expõe a alguns riscos financeiros. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A gestão de risco é realizada e regularmente monitorada pela Empresa, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Empresa contra eventuais perdas financeiras.

Os valores contábeis e justo dos principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Níveis	2022		2021	
		Custo Amortizado	Valor justo	Custo Amortizado	Valor justo
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	569	-	565
Títulos e valores mobiliários	2	-	3.747	-	7.588
Contas a receber	-	3.310	-	5.271	-
Tributos a recuperar	-	1.260	-	936	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	8.035	-	13.151	-
Total		12.605	4.316	19.358	8.153
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	7.286	-	6.524	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	911	-	855	-
Total		8.197	-	7.379	-

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

4.1. As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos

4.1.1. Riscos de crédito

A política de aluguel da Empresa considera o nível de risco de crédito, a qual está disposta a sujeitar-se no curso de seus negócios. A carteira de recebíveis está concentrada com empresas do grupo Águia Branca.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

4.1.2. Riscos de liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.1.3. Risco de taxa de juros e moeda

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, assim como variação cambial sobre os empréstimos e financiamentos. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Empresa não possuía em 31 de dezembro de 2021 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento	<u>569</u>	<u>565</u>
	<u>569</u>	<u>565</u>

6. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
Aplicações financeiras	<u>3.747</u>	<u>7.588</u>
	<u>3.747</u>	<u>7.588</u>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha. Os fundos estão vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

7. Contas a receber

	2022	2021
Crédito com alienação de ativos	2.936	4.402
Outras contas a receber	374	869
Total	3.310	5.271
<hr/>		
Parcela de curto prazo	325	820
<hr/>		
Parcela de longo prazo	2.985	4.451

8. Transações com partes relacionadas

	2022	2021
Ativo não circulante		
Contas a receber		
Águia Branca Participações S.A.	86	81
Vix Logística S.A.	55	114
Viação Águia Branca S.A.	6.606	11.858
VD Comércio de Veículos Ltda	305	259
Kurumá Veículos S.A.	669	580
VD Pneus Ltda	47	40
Lynx Comércio de Veículos Ltda	6	10
Taurus Comércio de Veículos Ltda	1	1
Land Vitória Comércio de Veículos Ltda	32	27
AB Comércio de Veículos Ltda	214	181
Águia Branca Encomendas Ltda	14	-
Total	8.035	13.151

A Empresa realizou receita de prestação de serviços com partes relacionadas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Receitas	2022	2021
Águia Branca Participações S.A.	1.015	965
Vix Logística S.A.	1.144	1.954
Viação Águia Branca S/A	9.239	8.556
VD Comércio de Veículos Ltda	3.633	3.098
Kurumá Veículos S.A.	7.985	6.645
Lynx Comércio de Veículos Ltda	15	14
Taurus Comércio de Veículos Ltda	14	13
VM Comércio de Veículos Ltda	384	504
VD Pneus Ltda	557	474
AB Comércio de Veículos Ltda	2.553	2.174
Autoport Transportes e Logística Ltda	626	-
Águia Branca Encomendas Ltda	83	-
Total	27.248	24.397

As transações realizadas entre a Empresa e as empresas relacionadas referem-se, substancialmente a aluguel de imóveis, efetuados com valores e condições definidas entre as partes.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 a empresa detinha a participação nas seguintes empresas:

Empresa	% Participação	
	2022	2021
Taurus Comércio de Veículos Ltda.	100,00%	100,00%
EnP Participações S.A.	31,00%	31,00%
EnP Ecossistemas S.A.	24,50%	24,50%
EnP Norte Capixaba	-	25,00%
Azul S/A (a)	0,094%	0,094%

a) A participação na coligada Azul S.A. está demonstrada e mensurada pelo percentual de participação no valor econômico do capital social, considerando os efeitos nas classes de ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

9.1. Composição do saldo

Investimentos	Participação	Patrimônio Líquido em 2022	Investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
			2022	2021	2022	2021
Taurus Comércio de Veículos Ltda.	100,00%	7.636	7.636	7.143	494	53
Azul S/A	0,094%	-	-	-	(679)	(4)
EnP Participações S/A	31,00%	23.851	7.394	7.824	(1.001)	269
Ágio Enp Participações S/A	-	-	-	4.859	-	-
EnP Ecosystemas Energéticos Holding S.A.	24,50%	45.031	11.033	10.704	(554)	1.797
Ágio Enp Ecosystemas Energéticos Holding S.A.	-	-	8.375	8.375	-	-
EnP Norte Capixaba	-	-	-	399	-	(1)
Investimento total		76.518	34.438	39.304	(1.740)	2.114

9.2. Informações adicionais sobre as empresas investidas

Controlada	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado do exercício
Taurus Comércio de Veículos Ltda	7.657	(7.657)	-	494
EnP Participações S/A	24.046	(24.046)	438	(3.228)
EnP Ecosystemas Energéticos Holding S.A.	75.412	(75.412)	224	2.263
EnP Norte Capixaba Ltda	-	-	-	-
Azul SA	18.721.293	(18.721.293)	15.948.067	(722.367)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

9.3. Movimentação dos investimentos

	Taurus	EnP Particip.	EnP Ecosystemas	EnP Norte		Total
				Capixaba	Azul SA	
Saldos em 31/12/2020	7.090	12.400	17.282	-	-	36.772
(+) Aumento/Aporte de Capital Social	-	-	-	400	-	400
(+/-) Equivalência patrimonial	53	269	1.797	(1)	(4)	2.114
(+/-) Reflexo ajuste de participação em coligada	-	-	-	-	4	4
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	14	-	-	-	14
Saldos em 31/12/2021	7.143	12.683	19.079	399	-	39.304
(-) Redução de Capital Social	-	-	-	(399)	-	(399)
(+/-) Equivalência patrimonial	494	(1.001)	(554)	-	(679)	(1.740)
(+/-) Ágio na aquisição de participação	-	(4.859)	-	-	-	(4.859)
(+/-) Reflexo ajuste de participação em coligada	-	-	-	-	679	679
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores	-	571	883	-	-	1.454
(+/-) Outros resultados abrangentes	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2022	7.636	7.394	19.408	-	-	34.438

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado líquido

	% - Taxa anual	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	
				2022	2021
Edificações	1,8 a 4,0	107.764	(52.828)	54.936	58.226
Terrenos	-	107.272	-	107.272	107.278
Veículos	20	81	(70)	11	25
Total		215.117	(52.898)	162.219	165.529

A movimentação do imobilizado para os exercícios de 2022 e de 2021 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Custo			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2021			31/12/2022
Edificações	107.783	-	(19)	107.764
Veículos	81	-	-	81
Terrenos	107.278	-	(6)	107.272
Total do custo	215.142	-	(25)	215.117

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2021			31/12/2022
Edificações	(49.557)	(3.285)	14	(52.828)
Veículos	(56)	(14)	-	(70)
Total da depreciação	(49.613)	(3.299)	14	(52.898)
Imobilizado líquido	165.529	(3.299)	(11)	162.219

Descrição	Custo			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2020			31/12/2021
Edificações	107.783	-	-	107.783
Veículos	81	-	-	81
Terrenos	110.360	-	(3.082)	107.278
Total do custo	218.224	-	(3.082)	215.142

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo final
	31/12/2020			31/12/2021
Edificações	(46.272)	(3.285)	-	(49.557)
Veículos	(41)	(15)	-	(56)
Total da depreciação	(46.313)	(3.300)	-	(49.613)
Imobilizado líquido	171.911	(3.300)	(3.082)	165.529

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

10.1. Reavaliação

Nos exercícios findos em 2004, 2005 e 2007 a Empresa reavaliou os terrenos, edifícios e construções com base no laudo emitido por peritos independentes. As taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação. Em 1º de abril de 2009, a reavaliação se tornou o custo do imobilizado. O custo líquido original e valor reavaliado dos terrenos, edifícios e construções são como segue:

Ano	Edifícios e Construções		Terrenos	
	Valores		Valores	
	Custo	Reavaliados	Custo	Reavaliados
2004	24.150	59.793	2.922	9.720
2005	58.793	71.095	-	-
2007	64.000	90.106	9.639	87.723

Os valores de reavaliação foram reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários (imposto de renda e a contribuição social). Os efeitos tributários foram reconhecidos na rubrica impostos diferidos no passivo não circulante. O saldo remanescente de reavaliação, líquido de impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$64.276 (R\$ 65.914 em 2021).

10.2. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil-econômica dos itens que compõe seu ativo imobilizado e conclui que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2022, uma vez que não ocorreram alterações nas estimativas e premissas adotadas nos exercícios anteriores.

10.3. Avaliação de Impairment

A empresa submeteu os saldos ao teste de "impairment" em 31 de dezembro de 2022 e identificou perda no valor recuperável no ágio da Enp Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

11. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores Diversos	7.286	6.524
Parcela de curto prazo	7.286	5.068
Parcela de longo prazo	-	1.456

12. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

	2022	2021
Previdenciárias - FGTS/INSS	3	2
Provisão - férias e encargos	12	10
Federais:		
COFINS	70	65
CSLL	233	210
IRPJ	575	552
PIS	15	14
Retenções diversas	3	2
Total	911	855

13. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não possuía processos de qualquer natureza, classificados como risco de perda provável, para os quais seja necessária a contabilização de provisões.

A Empresa figura como parte em 01 processo administrativo de natureza tributária, classificada como possível, no montante de R\$17.175 mil, representada por auto de infração junto a SRF. A SRF autuou a Empresa sobre suposto ganho de capital na operação de incorporação de ações realizado em novembro de 2012 entre as empresas Trip Linhas Aéreas S/A e a Azul S/A. A Empresa apresentou defesa e atualmente o processo está no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As declarações de rendimentos da Empresa estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 82.084 (R\$ 82.084 em 2021), representado por 82.084.342 quotas (82.084.342 em 2021), 82.084.341 quotas pertencentes à controladora Águia Branca Participações S.A.

14.2. Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções, líquidas do efeito tributário, conforme comentado à Nota Explicativa nº 10.1. Após a realização efetiva dos bens do ativo imobilizado, por meio da depreciação ou alienação, o valor correspondente da reavaliação dos itens realizados é transferido da reserva de reavaliação para lucros acumulados.

14.3. Reserva de alienação de bônus de subscrição

Refere-se à reserva de alienação de bônus de subscrição realizada em 2013, de bônus de subscrição recebidos na operação de incorporação de ações entre as empresas Trip Linhas Aéreas S/A e a Azul S/A.

14.4. Reserva de retenção de lucros

A Empresa, em conformidade com seu contrato social, mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar seus investimentos a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios e são formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após as deduções legais e estatutárias.

14.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos resultados abrangentes de contrapartida à aumentos ou diminuições de valor atribuídas a ativos resultantes de transações e outros eventos, não ocorridas com os sócios. Os valores serão transferidos para o resultado do exercício à medida que os ativos forem sendo realizados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

15.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Receita faturada	29.299	26.607
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo estimada	9.376	8.514
Outras receitas tributáveis	3.416	956
Receita tributável	12.792	9.470
Imposto de renda 15%	1.919	1.421
Adicional de IR - 10% sobre excedente a R\$240 (=) imposto de renda devido	1.255	923
	3.174	2.344
Contribuição social sobre o lucro líquido 9%	1.151	852
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.325	3.196
Alíquota efetiva	13%	12%

15.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no passivo não circulante da Empresa no montante de R\$ 33.956 em 31 de dezembro de 2021 (R\$34.800 em 31 de dezembro de 2020) é composto por:

Descrição	Base de cálculo	Imposto diferido
Reserva de reavaliação	97.388	33.112
Total	97.388	33.112

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

16. Receita operacional

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de locação de imóveis	29.299	26.607
Deduções da receita operacional		
PIS	(190)	(173)
COFINS	(879)	(798)
	<u>(1.069)</u>	<u>(971)</u>
Receita operacional líquida	<u>28.230</u>	<u>25.636</u>

17. Custos dos serviços

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depreciações e amortizações	(3.299)	(3.300)
Total	<u>(3.299)</u>	<u>(3.300)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados por terceiros	(396)	(236)
Despesas com pessoal	(127)	(92)
Despesas com tributos	(128)	(60)
Outros custos e despesas	(204)	(22)
Total	<u>(855)</u>	<u>(410)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

19. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Despesas financeiras		
Demais juros apurados	(759)	(1.379)
Despesas bancárias	(3)	(3)
Outras despesas financeiras	-	(3)
	<u>(762)</u>	<u>(1.385)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	769	217
Juros e Descontos obtidos	567	321
	<u>1.336</u>	<u>538</u>
Resultado financeiro líquido	<u>574</u>	<u>(847)</u>

20. Cobertura de Seguros

A companhia mantém seguros com coberturas e limites de indenização considerados suficientes pela Administração para cobrir os principais riscos sobre seus ativos.

A seguir encontram-se detalhadas as principais coberturas de seguros da companhia:

Modalidade do seguro	
Danos materiais a terceiros	100
Danos corporais a terceiros	300
Danos morais	40

Decio Luiz Chieppe
Administrador

Nicolle Marques Araújo
Contadora
CRC/MG 111061/O-8